

Alguns traços acerca da realidade numérica das minorias religiosas em Portugal*

A semelhança de outros reinos do espaço europeu, Portugal surgiu num processo de cristianização moldando a sua identidade e afirmação territorial no quadro da cristandade. Há todo um percurso histórico nacional favorável a uma afirmação progressiva do catolicismo romano que ao longo dos séculos se foi estabelecendo como referencial religioso e cultural sem concorrência. Dois aspectos fulcrais contribuíram para esse processo de singularidade religiosa. Primeiro, a repressão e perseguição aos judeus, iniciada no século XV e reforçada no século seguinte com a presença da Inquisição, facto que conduziu à extinção de um longo período de convivência e tolerância religiosa em toda a península ibérica¹.

O outro aspecto remete para a própria localização geográfica do país : no extremo ocidental da Europa, com uma única fronteira terrestre e, por isso mesmo, distanciado ou receptor tardio das mudanças ao nível cultural e das mentalidades que se iam operando no resto do continente, Portugal não conheceu nem as ideias nem as agitações da Reforma protestante.

Esta ausência de uma pluralidade religiosa de longa duração estruturou as mentalidades e representações sociais colectivas em termos de uma bipolarização entre, de um lado, um catolicismo fortemente identitário e professante e, do outro, um sentimento anti-clericalista já manifesto em espíritos humanistas do século XVI, e no anti-jesuitismo pombalino, desenvolvido ao longo do século XIX e culminante com a Primeira República (Macedo 1985). As décadas do Estado Novo, profundamente protagonistas da primeira atitude, vieram solidificar ainda mais a radicalização daqueles dois pólos.

É dentro deste contexto cultural, religioso e ideológico rígido que as minorias religiosas, principalmente protestantes e evangélicas, vão emergir em meados do século XIX e proliferar no século XX. Trata-se de uma

* Este texto contou com a colaboração de Cláudia Figueiredo e de Lurdes Teixeira e pretende afinar e desenvolver algumas considerações anteriormente colocadas noutra texto (VILAÇA 1997).

1. Na Idade Média os reis espanhóis intitulavam-se « reis dos homens das três religiões : cristãos, muçulmanos e judeus » (SERRÃO 1985 : 473).

implantação sem espaço próprio, de uma expansão marcada por horizontes exíguos, de uma aprendizagem em que o « ser diferente » radicalizava a sua própria identidade, forjando um espírito de contra à maioria católica e de fechamento sobre si próprias.

O protestantismo despontou em Portugal no século XIX, numa sociedade em cuja memória já não restavam vestígios de pluralidade de crenças, e que tinha ficado imune aos desafios e às lutas que séculos antes os movimentos de Reforma e contra-Reforma provocaram noutros lugares do continente europeu.

A ausência de tradição e vivências pluralistas no campo religioso, a parca experiência ao nível de cultura democrática na sociedade portuguesa, a par de uma fraca representatividade numérica e proporcional impacto público e social das minorias religiosas, tiveram como consequência o cerceamento da sua visibilidade, não suscitando, concomitantemente, o interesse da comunidade.

Se o 25 de Abril de 1974 assinalou uma nova era em termos da multiplicação e proliferação de novos movimentos religiosos, os anos 1990 encetaram o debate público alargado em termos de pluralismo e tolerância religiosa. Por outro lado, começaram a despertar a atenção das ciências sociais para a temática, fomentando os primeiros ensaios de pesquisa nesta área².

O presente texto reflecte, precisamente, uma das dimensões de um trabalho de investigação acerca do pluralismo religioso em Portugal e procura, numa primeira vertente, dar conta de alguns elementos que permitam um enquadramento do fenómeno com base numa análise quantitativa. A referida aproximação numérica tomou como ponto de partida duas fontes : os recenseamentos gerais da população³ de 1900, 1940, 1950, 1960, 1981 e 1991 (INE d.v.) ; o mais recente *Prontuário evangélico* (Almeida 1995), anuário interconfessional de periodicidade irregular.

Aquilo que em maior rigor é possível apreender através das estatísticas oficiais é a variação do número de católicos e, concomitantemente, de não-católicos ao longo do século XX. Essa constitui a única constante em termos da informação publicada pelos diversos censos. Quantos são os que não respondem, qual o peso dos sem-religião, por que grupos se distribui a população de religião não católica, são questões que, no caso de alguns censos, só poderão obter resposta por via de um exercício de indução e, como tal, hipotético.

A análise do *Prontuário evangélico* permite que se penetre com maior profundidade no universo dos grupos cristãos minoritários de origem protestante e evangélica, de longe os mais representativos na sociedade portuguesa, e que nos recenseamentos se distribuem pelas categorias « protestantes » e « outros cristãos ».

2. Caso do seminário de história das minorias religiosas e do pensamento em Portugal, no âmbito do mestrado em história moderna, na faculdade de letras da universidade do Porto, de mestrados a decorrer na universidade clássica de Lisboa (Centro de estudos de história religiosa 1996-97), e das pesquisas de carácter estatístico desenvolvidas na universidade católica de Lisboa, sob a coordenação de Mário Lages.
3. Não figuram aqui os censos de 1970 devido ao facto de não estar publicada informação sobre pertença religiosa ; além disso, a própria qualidade deste recenseamento é questionável, uma vez que se baseia numa amostra de 20 % da população.

Virtualidades e limitações dos recenseamentos

A referida aproximação do fenómeno religioso minoritário em Portugal, numa perspectiva da sua evolução numérica, sugere o recurso inevitável às estatísticas oficiais⁴, mesmo que tal instrumento apresente insuficiências a vários níveis. Não discutindo, neste lugar, as deficiências relativas à qualidade geral dos censos – entre outras, a cobertura da população e a formação do inquiridor –, o modo de formulação da questão sobre a religião e as categorias que estruturam a resposta são, por si só, exemplificativas de alguns enviesamentos significativos.

Se se considerar os censos aqui analisados, ressalta, de imediato, uma discrepância em termos da referida categorização das respostas. Em primeiro lugar, à excepção do censo de 1900, apenas em 1981 e 1991 é possível encontrar uma discriminação por grupos religiosos da população não católica. E, mesmo ao nível destes, só os dois últimos são passíveis de comparabilidade, uma vez que o primeiro utiliza categorias descoincidentes.

Segundo, a opção « não responde » só surge claramente nos dois últimos recenseamentos, ainda que em 1900 e 1940 se encontre um grupo classificado de « religião ignorada », o que, grosso modo, deverá corresponder àquela categoria. Em 1950, para além dessa ausência, ainda se constata a impossibilidade de identificar os indivíduos de « outra religião » e aqueles « sem-religião ». Por outras palavras, nessa data, só foi registada a população católica, aferindo-se os não-católicos através de um exercício de subtracção do grupo religioso maioritário à população total e obtendo-se, assim, um número residual perfeitamente indistinto (Quadro I).

Uma vez ressalvados todos estes aspectos, entre muitos outros, de carácter metodológico, o Quadro I representa a construção do instrumento de comparabilidade possível.

Quadro I. – POPULAÇÃO SEGUNDO A RESPOSTA À PERGUNTA SOBRE RELIGIÃO NOS CENSOS DE 1900, 1940, 1950, 1960, 1981 E 1991

Números					
<i>Censos</i>	<i>Total</i>	<i>Católicos</i>	<i>Outras religiões</i>	<i>Sem-religião</i>	<i>Não sabe/ Não responde</i>
1900	5 423 132	5 416 204	5 012	1 454	462
1940	7 722 152	7 191 913	63 060	347 284	119 895
1950	8 510 240	8 167 457		342 783	
1960	8 889 392	8 701 898	39 747	147 774	-
1981	7 836 504	6 352 705	115 398	253 786	1 114 615
1991	8 376 840	6 524 908	149 850	225 334	1 476 748

Percentagens					
<i>Censos</i>	<i>Total</i>	<i>Católicos</i>	<i>Outras religiões</i>	<i>Sem-religião</i>	<i>Não sabe/ Não responde</i>
1900	100 %	99,87 %	0,09 %	0,03 %	0,01 %
1940	100 %	93,13 %	0,81 %	4,49 %	1,55 %
1950	100 %	95,97 %		4,03 %	
1960	100 %	97,89 %	0,44 %	1,66 %	-
1981	100 %	81,06 %	1,44 %	3,23 %	14,22 %
1991	100 %	77,89 %	1,76 %	2,68 %	17,62 %

Fonte : PORTUGAL. DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA 1901, PORTUGAL. Instituto nacional de estatística (INE) d. v.

4. A informação aqui tratada baseia-se, exclusivamente, em resultados publicados e como tal acessíveis.

No virar do século, e numa base de significado estritamente quantitativo, ser português quase coincide com o ser católico, uma vez que este número ronda os 99,9 %. Mas quarenta anos depois verifica-se um decréscimo acima de 6 % da religião católica, produto essencialmente de um aumento dos indivíduos « sem-religião » (4,5 %), facto que, hipoteticamente, poderá estar associado ao peso do anti-clericalismo nas gerações socializadas nas décadas da Primeira República.

A partir de 1940 constata-se um aumento da população católica que, possivelmente, poderá estar relacionado com as décadas de enquadramento favorável proporcionadas pelo Estado Novo e, em particular, com os efeitos da Concordata. Representando 93 % da população em 1940, os católicos passam a ser 96 % em 1950 e 98 % em 1960. Simultaneamente, os « sem-religião », ignorados em 1950, diminuem em quase 3 % comparativamente a 1940.

É depois dos anos 1960 que se opera uma inversão da tendência, a qual se torna ainda mais acentuada pelo facto de os censos de 1981 não contemplarem a religião da população com idade inferior a doze anos. Anteriormente essa população era abrangida, com uma referência destacada ao número daqueles, ali incluídos, com menos de oito anos de idade.

De 1960 para 1981 detecta-se um decréscimo de 17 % da população católica (de 98 % passa para 81 %) e um abaixamento significativamente mais contido na década seguinte (3 %). Em contrapartida os « sem-religião » quase duplicaram entre aqueles censos: de 1,7 % passaram a 3,3 %. Contudo, será de realçar que o processo volta a sofrer uma inversão ao longo da década de 1980, passando a situar-se nos 2,7 % em 1991.

Analisando a categoria « outras religiões » de forma particularizada, constata-se que, semelhantemente aos « sem-religião », a sua representatividade é diminuta em 1900 (0,09 %), e embora continuando a sê-lo em 1940, o seu número passa a ser dez vezes maior. Em 1950 este grupo não é apreensível e em 1960 diminui para metade do que era vinte anos antes. Facto que levanta algumas dúvidas, pois muito embora o salazarismo represente um período de cerceamento no plano de liberdades e de condições de expansão das minorias religiosas, o certo é que a consulta de algumas das suas fontes internas sugere a presença de indicadores que apontam não para um decréscimo desses grupos religiosos mas, quando muito, para a sua estagnação. Tal facto aponta para que se atribua uma fiabilidade duvidosa ao decréscimo de cerca de 23 000 indivíduos pertencentes a « outras religiões » revelado pelo censo de 1960. Já Luís de França (1981) se recusa a tratar aquele recenseamento por não lhe atribuir credibilidade.

Sem adoptar uma posição tão radical – não deixando todavia de questionar o rigor da fonte – e continuando a considerar o recenseamento em causa, pode dizer-se que o cenário se altera a partir daquela data, pois as religiões minoritárias passam a triplicar o seu número entre 1960 e 1981. Mais provavelmente durante os anos 1970, e após o 25 de Abril de 1974, marco a partir do qual é ensaiada uma sociedade mais aberta, quer em termos de garantia de liberdades internas ao país, quer no que respeita a uma atitude de receptividade a tudo o que vem de fora.

Por último, e ainda relativamente ao Quadro I, a categoria do « não sabe/não responde » sugere um olhar atento. Partindo do pressuposto de que ela corresponde à « religião ignorada » dos dois primeiros

censos apresentados no quadro, constata-se em 1900 um número quase irrelevante (0,01 %), sendo mesmo a categoria menos representada fora do universo dos católicos. No censo seguinte aumenta, em termos absolutos, de 462 para 119 895, passando a constituir um grupo com maior número de indivíduos do que o relativo a « outras religiões ». Impossível de identificar em 1950 e 1960 (note-se que de acordo com o recenseamento de 1960 a totalidade da população portuguesa está distribuída por « católicos », « outras religiões » e « sem-religião »), esta categoria reúne mais de 14 % dos recenseados em 1981 e atinge perto de 18 % em 1991. Esta percentagem elevada é parcialmente explicada pelo facto da questão sobre religião ser opcional. Tal número levanta, do ponto de vista sociológico, hipóteses que remetem quer para as teses acerca da individualização e da privatização da religião, quer para a diluição da identidade religiosa (Fernandes 1990).

Consideremos agora os censos de 1981 e de 1991. Não obstante potenciarem uma distribuição dos indivíduos por vários grupos religiosos (os três principais ramos do cristianismo, o judaísmo, os muçulmanos, os « outros cristãos » e os « outros não-cristãos »), o que permite o acesso a um tipo de informação anteriormente inexistente, os dois últimos recenseamentos não são propriamente a utensilagem mais adequada para o estudo de grupos minoritários particularizados⁵.

Não havendo, oficialmente, uma recolha de informação mais desagregada, não será possível estabelecer uma distinção, mesmo que grosseira, entre o número daqueles que pertencem a grupos evangélicos implantados desde o século passado e o número de aderentes a novos movimentos religiosos. Por outro lado, ficará sempre remanescente o problema da auto-representação dos indivíduos e respectiva identificação com as categorias de opção. Seria necessário afinar, por exemplo, qual a resposta indicada por mórmons, testemunhas de Jeová, adventistas do sétimo dia, neo-pentecostais e mesmo dos próprios grupos da Aliança evangélica. Que tendencialmente eles se distribuirão por « protestantes » e « outros cristãos », não resta dúvida ; a questão é de saber quais os grupos que, para além dos protestantes históricos, se situaram nessas categorias e optaram por assim se representarem e, por outro lado, qual o peso de cada um deles nas « não-respostas », por motivo de recusa da grelha classificatória apresentada.

Para uma análise mais afinada do peso relativo de cada grupo religioso minoritário nos censos, optou-se pelo cálculo percentual de cada um deles dentro do universo « outras religiões » (Quadro II).

5. Além disso, em termos de distribuição geográfica, a informação disponível não permite o estabelecimento de comparação : os censos de 1981 adoptaram o critério de distrito, enquanto os de 1991 surgem desagregados por NUT (Nomenclaturas de unidade territorial), agrupamentos para fins de harmonização estatística a nível europeu, não coincidentes com os distritos administrativos.

Quadro II. – POPULAÇÃO COM RELIGIÃO NÃO CATÓLICA POR GRUPOS RELIGIOSOS
NOS CENSOS DE 1981 E 1991

Censos	Total outras religiões	Ortodoxa	Protestante	Outra cristã	Judaica	Muçulmana	Outra não cristã
1981	115 398 100 %	2 564 2,22 %	39 122 33,90 %	59 985 51,98 %	5 493 4,76 %	4 335 3,75 %	3 899 3,37 %
1991	149 850 100 %	11 319 7,55 %	36 932 24,65 %	79 491 53,05 %	3 519 2,35 %	9 134 6,10 %	9 455 6,31 %

Fonte : INE d.v.

Observando o Quadro II, constata-se que a categoria mais representada e em crescimento, ainda que pouco significativo, é a dos « outros cristãos » : 52 % em 1981 e 53 % em 1991 do total dos não-católicos. Se a estes acrescentarmos os « protestantes » (25 %), concluímos que, no presente, mais de três quartos da pertença religiosa alternativa, em Portugal, se situa no âmbito do cristianismo, mais concretamente dentro de um leque ultra-fraccionado do protestantismo, desde o mais liberal e institucionalizado ao mais fundamentalista e marginal. Atente-se, todavia, que os « protestantes » diminuíram, quer em termos de peso relativo (cerca de menos 10 %), quer em números absolutos. Para além destes, a comunidade judaica também acusa uma tendência de ligeiro decréscimo.

A diminuição dos protestantes sugere a hipótese de que este grupo – que abrange fundamentalmente as denominações mais antigas e cuja imagem pública foi reabilitada ao longo dos últimos anos –, porque mais liberal e secularizado, é também ele portador de uma estabilidade precária e sociologicamente frágil, o que, segundo Jean-Paul Willaime (1992), constitui um dos traços comuns do protestantismo histórico.

O mesmo não poderá ser dito acerca da minoria muçulmana e dos « outros não-cristãos », ambos em crescimento. Segundo os censos, os primeiros duplicaram em dez anos o seu número, enquanto os outros p triplicaram.

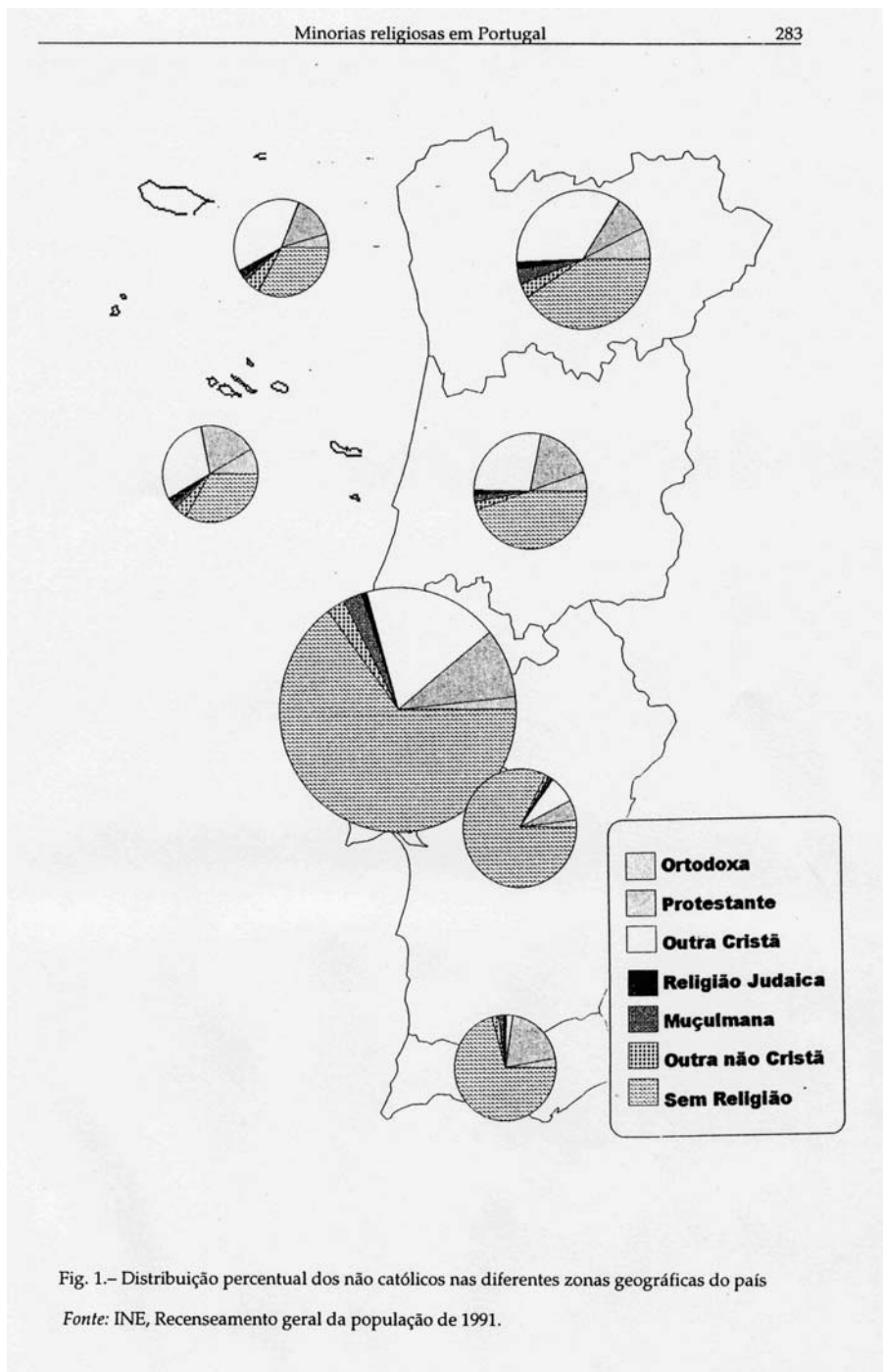
Quanto ao crescimento da Igreja ortodoxa, trata-se de algo de difícil compreensão, uma vez que a sua implantação geográfica (área de Lisboa) entra em contradição com o seu elevado número situado na região Norte, onde quase não existem comunidades desta confissão.

Apesar de se considerar um universo de pequenos números na totalidade da população, parece estar em esboço, na sociedade portuguesa, um quadro religioso mais plural, com tendência para expansão. Esse quadro não é, porém, geograficamente homogéneo, o que aliás é visível se se olhar para a representação gráfica de todos os não-católicos⁶, incluindo os « sem-religião », no mapa do país (Figura 1 e Quadro III)⁷.

Verifica-se uma maior concentração dos « sem-religião » no Sul, principalmente nas áreas de Lisboa e Alentejo, e uma maior representatividade dos « protestantes » e « outros cristãos » nas áreas de Lisboa e do Algarve, sendo também na capital do país que os « outros não-cristãos » revelam um número mais elevado (Vilaça 1997 : 45).

6. A implantação do catolicismo é mais sólida no Norte do país e nas ilhas e apresenta as percentagens mais baixas no Sul, principalmente no Alentejo e na Grande Lisboa.

7. A Figura 1 e o Quadro III constam no artigo já referido (VILAÇA 1997).



Quadro III. — POPULAÇÃO RESIDENTE COM 12 ANOS OU MAIS EM 1991, POR REGIÕES
SEGUNDO A RESPOSTA À PERGUNTA SOBRE RELIGIÃO

Números

Resposta sobre religião	Lisboa-							
	Portugal	Norte	Centro	Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Total	8 376 840	2 890 158	1 474 404	2 850 437	471 976	295 171	188 742	205 952
Não respondeu	1 476 748	355 998	222 449	646 158	137 021	75 087	12 655	27 380
Católica	6 524 908	2 470 570	1 220 511	1 979 074	302 200	202 854	173 581	176 118
Ortodoxa	11 319	4 703	1 612	3 658	630	383	218	115
Protestante	36 932	5 455	5 272	20 644	1 811	2 915	483	352
Outra cristã	79 491	21 843	8 655	41 762	2 529	3 010	751	941
Judaica	3 519	1 105	445	1 484	215	149	55	66
Muçulmana	9 134	2 257	564	5 792	226	219	47	29
Outra não cristã	9 455	2 171	773	5 602	367	298	109	135
Sem-religião	225 334	26 056	14 123	146 263	26 977	10 256	843	816

Percentagens

Resposta sobre religião	Lisboa-							
	Portugal	Norte	Centro	Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Total	100	100	100	100	100	100	100	100
Não respondeu	17,62	12,31	15,08	22,66	29,03	25,43	6,70	13,29
Católica	77,89	85,48	82,70	69,43	64,02	68,72	91,96	85,51
Ortodoxa	0,13	0,16	0,10	0,12	0,13	0,12	0,11	0,05
Protestante	0,44	0,18	0,35	0,72	0,38	0,98	0,25	0,17
Outra cristã	0,94	0,75	0,58	1,46	0,53	1,01	0,39	0,45
Judaica	0,04	0,03	0,03	0,05	0,04	0,05	0,02	0,03
Muçulmana	0,10	0,07	0,03	0,20	0,04	0,07	0,02	0,01
Outra não cristã	0,11	0,07	0,05	0,19	0,07	0,10	0,05	0,06
Sem-religião	2,68	0,90	0,95	5,13	5,71	3,47	0,44	0,39

Fonte : INE d.v.

O facto de ambos os documentos terem sido construídos com base nas NUT impede a identificação particularizada do fenómeno minoritário na área do Grande Porto, a qual aparece diluída na região Norte, provocando necessariamente uma inflação dos índices referentes às pertenças católicas, dada a sua sobre-representação nas zonas do interior.

O local de culto enquanto elemento de aproximação quantitativa e geográfica

Certamente que o somatório resultante da contabilização do número de membros e simpatizantes efectuada pelos diferentes grupos religiosos não será coincidente com os valores das estatísticas oficiais⁸. Estabelecida a comparação, constata-se um diferencial entre os « protestantes » e « outros

8. Só protestantes e evangélicos (COPIC, Conselho português das Igrejas cristãs, e Aliança evangélica) avaliam-se na ordem dos 250 mil ; mas se a estes forem acrescentados a Igreja do Maná e a IURD (Igreja universal do reino de Deus), de linha neo-pentecostal, e os adventistas do sétimo dia, esse número passa a situar-se em 550 mil. Isto para já não falar dos cerca de 100 000 indicados no conjunto das testemunhas de Jeová e mórmons. A Igreja ortodoxa é a única minoria que aproxima as suas estatísticas das reveladas pelo último recenseamento.

cristãos » do censo (116 423) e os das fontes internas : cerca de 650 mil, ou seja, 7 % da população.

Se os recenseamentos suscitam problemas de enviesamento, as estatísticas dos grupos religiosos não levantam menos. Os critérios são profundamente variantes no que concerne à contabilização de membros, simpatizantes ou assistentes aos serviços religiosos. Esperar encontrar um rigor quantitativo nesta matéria, trata-se de uma expectativa gorada. A principal virtualidade consiste antes na revelação de pesos relativos de uns em relação aos outros, de tendências de crescimento e diminuição, e de densidades de distribuição por zonas geográficas do país.

Por tudo isto e procurando afinar o estudo no que respeita às minorias protestante e evangélicas - as numericamente mais representativas na sociedade portuguesa -, optou-se por um outro tipo de indicador que obriga a um novo registo analítico : o local de culto⁹. Muito embora não resolva o problema dos números até aqui discutido, poderá ser entendido como mais um elemento aproximativo da realidade e revelador de tendências anteriormente expressas.

O local de culto remete para a existência de um espaço físico e, como tal, surge como um indicador mais rigoroso. Por outro lado, esse tipo de informação é centralizada numa única fonte, o *Prontuário evangélico*, que agrega a larga maioria das congregações evangélicas e protestantes.

O Quadro IV é elucidativo da diversidade de grupos e Igrejas evangélicas, bem como do respectivo número de locais de culto. É notório o peso das Assembleias de Deus, que no seu conjunto perfazem quase 40 % do total, seguidas das Igrejas baptistas com 13 %, dos Irmãos com 10 %, da Congregação cristã com 9 %, e por último das Igrejas do COPIC (Conselho português das Igrejas cristãs : Igrejas presbiteriana, metodista e lusitana), cujo peso relativo está situado pouco acima dos 7 %. Será curioso notar que estas últimas, pioneiras do protestantismo no país, são aquelas que no presente, mesmo quando consideradas no seu todo, apresentam a menor quantidade de locais de culto. Por outro lado, existe todo um conjunto de congregações isoladas, não identificadas com nenhum grupo confessional específico, que ocupam 21 % do mapa evangélico do país. Também o protestantismo português, ainda que profundamente minoritário, apresenta um quadro típico desse ramo do cristianismo, cujo traço dominante e estrutural é o da fragmentação progressiva.

Passando a um plano geográfico, verifica-se que, tal como no passado, a história dos protestantes e dos evangélicos do século XX continua a reflectir os desequilíbrios sócio-espaciais do território (Guichard 1990 : 458). As suas zonas mais fortes, em termos de implantação, coincidem com os pólos de desenvolvimento e de dinamismo económico e cultural. Trata-se simultaneamente de áreas urbanas mais secularizadas e, por isso mesmo, mais permeáveis e receptivas à diferença. Os valores apresentados no Quadro V e na Fig. 2, relativos ao número de locais de culto evangélico por distrito, são bem a constatação empírica do que atrás se disse.

9. Este tipo de critério foi já anteriormente utilizado num estudo sobre as Igrejas evangélicas no Porto (PEIXOTO 1994).

Quadro IV. – LOCAIS DE CULTO POR CONGREGAÇÃO EVANGÉLICA EM 1995

<i>Congregações</i>	<i>Nº de locais de culto</i>	<i>%</i>
Acção bíblica	13	1,13
Assembleia de Deus missionária	4	0,35
Assembleia de Deus universal	3	0,26
Comunhão nacional das Assembleias de Deus	43	3,75
Convenção das Assembleias de Deus em Portugal	405	35,34
Movimento filadelfia	10	0,87
Nova aliança - Igreja cristã	3	0,26
Nova vida - Assembleia de Deus da Amadora	20	1,75
Igreja apostólica « No Caminho de Emmaús »	4	0,35
Atos - Igreja cristã	3	0,26
Associação dos baptistas para evangelismo mundial	10	0,87
Associação de Igrejas baptistas Portuguesas	19	1,66
Convenção baptista portuguesa	91	7,94
Encontro da paz da convenção das Igrejas baptistas independentes	3	0,26
Igreja baptistas de Carreiros	12	1,05
Outras Igrejas baptistas	13	1,13
Congregação cristã em Portugal	103	8,90
Igreja cigana	21	1,83
Igreja evangélica - Centro evangelístico e missionário do Feijó e missões	5	0,44
União das Igrejas evangélicas congregacionais portuguesas	19	1,66
Igreja de Deus pentecostal em Portugal	11	0,96
Elim - Igreja cristã	3	0,26
Exército de Salvação	9	0,79
Associação de Igrejas de Cristo	5	0,44
Igreja de Deus em Portugal	6	0,52
Igrejas de livramento	5	0,44
Irmãos	116	10,12
Igreja do Jubileu	7	0,61
Logos - Comunhão cristã	3	0,26
Igreja lusitana católica apostólica evangélica	17	1,48
Igreja evangélica luterana portuguesa	3	0,26
Maná - Igreja cristã	22	1,92
Missão evangélica maranata de Portugal	11	0,96
Associação dos irmãos menonitas de Portugal	3	0,26
Igreja evangélica metodista portuguesa	19	1,66
Igreja metodista wesleyana	22	1,92
Igreja do Nazareno	21	1,83
Igreja Peniel	11	0,96
Igreja evangélica presbiteriana de Portugal	37	3,23
Missão Aliança evangélica de Portugal (TEAM)	3	0,26
Centro de Vida abundante	8	0,70
TOTAL	1146	100,00

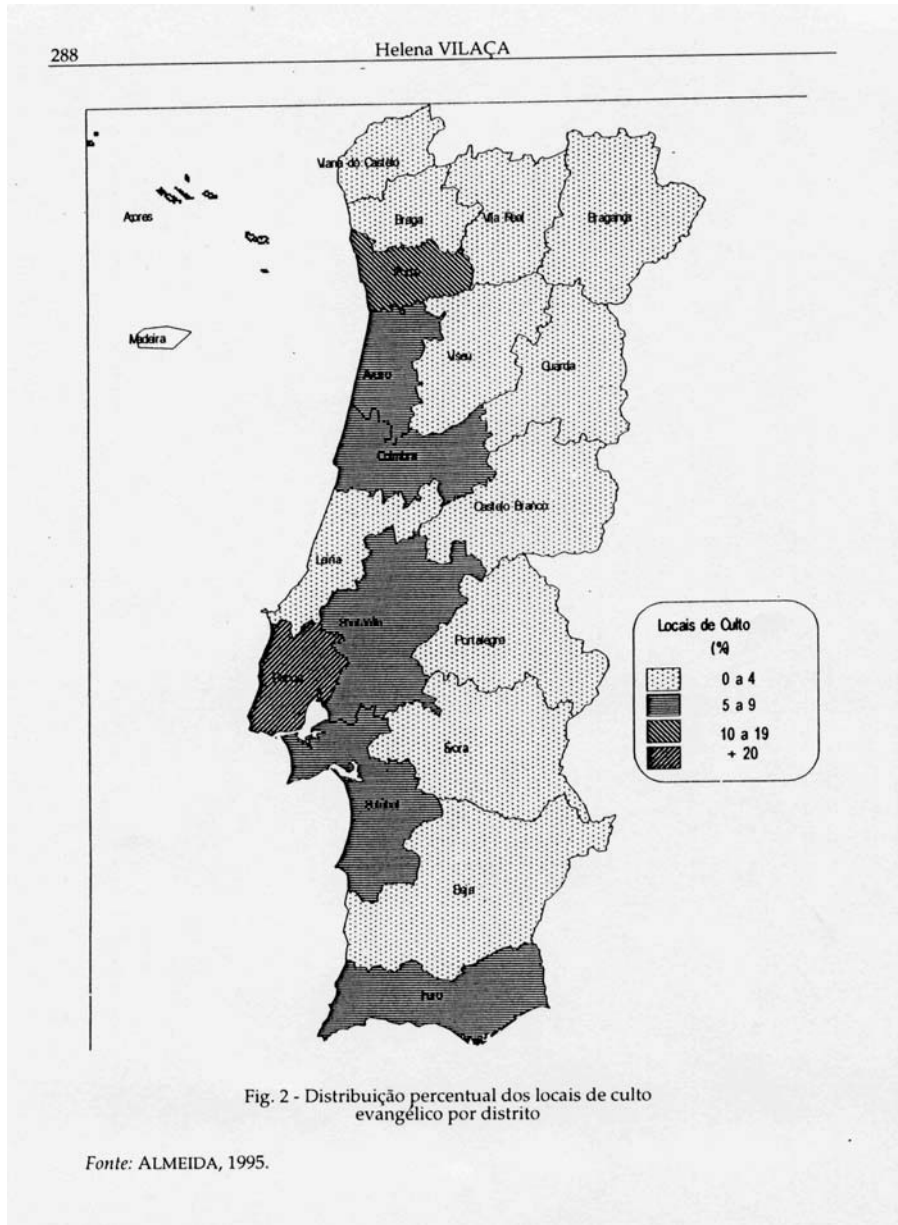
Fonte : ALMEIDA 1995.

Quadro V. – LOCAIS DE CULTO EVANGÉLICO POR DISTRITO

<i>Distritos ou regiões autónomas</i>	<i>Nº de locais de culto</i>	<i>%</i>
Aveiro	97	8,46
Beja	22	1,92
Braga	23	2,01
Bragança	14	1,22
Castelo Branco	26	2,27
Coimbra	97	8,46
Évora	25	2,18
Faro	85	7,42
Guarda	13	1,13
Leiria	46	4,01
Lisboa	248	21,64
Portalegre	27	2,36
Porto	141	12,30
Santarém	69	6,02
Setúbal	107	9,34
Viana do Castelo	20	1,75
Vila Real	22	1,92
Viseu	28	2,44
Açores	26	2,27
Madeira	10	0,87
Total	1146	100,00

Fonte : ALMEIDA 1995.

O fosso existente entre a primeira e a segunda das áreas metropolitanas do país é também perceptível no campo da oferta religiosa: Lisboa concentra 22 % dos locais de culto evangélico, seguida do Porto com 12 %. A partir daí surgem os distritos do litoral centro e sul (à excepção de Leiria e de Beja) com uma proporção de lugares de culto que oscila entre os 5 e 9 %. Em todo o resto do país verifica-se aquilo que poderá ser designado de « deserto protestante ».



Uma última nota. No estudo do fenómeno religioso, e especialmente se ele tem por base um território, um país, há que apreender as dimensões universais do fenómeno. O estudo das minorias religiosas é precisamente uma das dimensões em causa e de observação inevitável. Se a estratégia sociológica descuidar essas manifestações marginais, muitas vezes quase residuais do ponto de vista estatístico, estará a medir o pluralismo por critérios meramente quantitativos e a « negligenciar o facto de que grupos relativamente pequenos podem desempenhar um papel crucial, que fica além do tamanho numérico real » (Cipriani 1994 : 7-8).

Dezembro de 1997

Helena VILAÇA

Universidade do Porto

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, F.R. 1995, *Prontuário evangélico*, Queluz, Núcleo, 399 p.
- CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA (CEHR) 1996-97, « Problemática religiosa no Portugal contemporâneo », n.º especial, *Lusitania sacra* (Lisboa, Universidade católica portuguesa), II (8-9), 767 p.
- CIPRIANI, R., ed. 1994, *Religions sans frontières*, Roma, Presidenza del Consiglio dei ministri.
- FERNANDES, A.T. 1990, « Secularização e secularismo », *Economia e sociologia*, 49 : 97-117.
- FRANÇA, L. de 1981, *Comportamento religioso da população portuguesa*, Lisboa, Moraes – IED, 175 p.
- GUICHARD, F. 1990, « Le protestantisme au Portugal », *Arquivos do Centro cultural português* (Paris, Fundação Calouste Gulbenkian), XXVIII : 455-482.
- MACEDO, J. Borges de 1985, « O anti-clericalismo em Portugal. Ensaio de uma perspectiva sociológica », *Communio, Revista internacional católica*, II (5) : 440-450.
- PEIXOTO, F. 1994, « Igrejas evangélicas no Porto », *Forum sociológico* (Lisboa, Instituto de estudos e divulgação sociológica da Universidade Nova), 4, Jan.-Junho : 147-162.
- PORTUGAL. DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA (DGE) 1901, *Recenseamento geral da população*, Censo de 1900.
- PORTUGAL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) [datas várias], *Recenseamento geral da população*, Censos de 1940, 1950, 1960, 1981, 1991.
- SERRÃO, J., ed. 1985, *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Figueirinhas.
- VILAÇA, H. 1997, « Notas de pesquisa para o estudo dos grupos religiosos minoritários em Portugal », *Revista da Faculdade de Letras – Sociologia* (Porto), I (7) : 31-51.
- WILLAIME, J.-P. 1992, *La précarité protestante. Sociologie du protestantisme contemporain*, Genève, Labor & Fides.